

Quinta-Feira, 10 de Setembro de 2026

Margareth critica gestão ambiental federal e aponta obstáculos ao projeto do Portão do Inferno em MT

Senadora responsabiliza Marina Silva e órgãos federais por atrasos no licenciamento do túnel na rodovia

A senadora Margareth Buzetti intensificou suas críticas contra a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, atribuindo à política ambiental do Governo Federal os sucessivos entraves que impedem a conclusão de uma solução definitiva para o Portão do Inferno, localizado na MT-251.

Durante seu discurso, Margareth argumentou que não existe justificativa para impedir a realização de estudos técnicos que possam apontar caminhos viáveis. Conforme a senadora, a abordagem atual da administração ambiental federal representa uma visão ultrapassada que transforma a fiscalização em barreira ao progresso, prejudicando Mato Grosso ao manter a questão em estado de indefinição.

O projeto do túnel permanece dependente da aprovação do licenciamento ambiental em nível federal. Para Margareth, este cenário evidencia a falta de coordenação entre o Governo Federal, Ibama, órgãos ambientais estaduais e administração do Estado para construir uma solução prática e efetiva.

A senadora enfatizou a urgência da questão, lembrando que o impasse afeta vidas, direitos fundamentais de locomoção, o potencial turístico de Chapada e a importância estratégica da rodovia para Mato Grosso. Segundo ela, os obstáculos não derivam de limitações tecnológicas, de engenharia ou de conhecimento especializado, mas de incapacidade administrativa para operacionalizar alternativas viáveis.

Margareth também questionou a gestão de Marina Silva no ministério, apontando que foi pautada por orientações ideológicas que criaram empecilhos ao desenvolvimento econômico e favoreceram a influência desproporcional de organizações não-governamentais internacionais na formulação da agenda ambiental brasileira.

Na avaliação da senadora, essa dinâmica resultou em ONGs estrangeiras exercendo maior protagonismo nas decisões de política ambiental do que atores locais que vivem, produzem e dependem de infraestrutura viária adequada. Margareth argumenta que o Brasil não pode delegar suas decisões a instituições externas e que a conservação ambiental deve se fundamentar em metodologia científica, responsabilidade e equilíbrio, não na recusa preventiva a estudos técnicos.

Para Margareth, a situação do Portão do Inferno exemplifica uma abordagem de gestão ambiental que perdeu sua capacidade de conciliar preservação e desenvolvimento. Segundo ela, Mato Grosso não é adversário da agenda ambiental, já que o Estado preserva seus ecossistemas, mantém atividade produtiva e contribui significativamente para a economia nacional.

A senadora conclui que o que não pode ser aceito é uma administração ambiental defasada que recusa previamente qualquer iniciativa antes mesmo que investigações técnicas possam demonstrar sua viabilidade e compatibilidade com objetivos de sustentabilidade.